

Crítica de ACM a Collor tumultua reunião da Sudene

Recife — O Governo Collor esteve em julgamento, ontem, na última reunião do ano do Conselho Deliberativo da Sudene, e acabou provocando uma discussão acalorada entre o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e o de Alagoas, Geraldo Bulhões.

Num discurso para um plenário quase vazio, mas ouvido atentamente pelo ministro da Infraestrutura, João Santana, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, além de sete outros governadores, Antônio Carlos voltou a bater forte no Governo.

Disse que o presidente da República não dá ao Nordeste o tratamento prometido na campanha eleitoral e classificou como "muito ruim" o balanço do Governo Federal na região em 1991. Disse também que viu "contristado falarem em separatismo" no Sul do País, "como se fossemos aqui uns pobres diabos", e manifestou a sua estranheza pelo fato de o presidente Fernando Collor, sendo um nordestino, não ter feito ainda um vigoroso protesto contra isto.

Corrupção

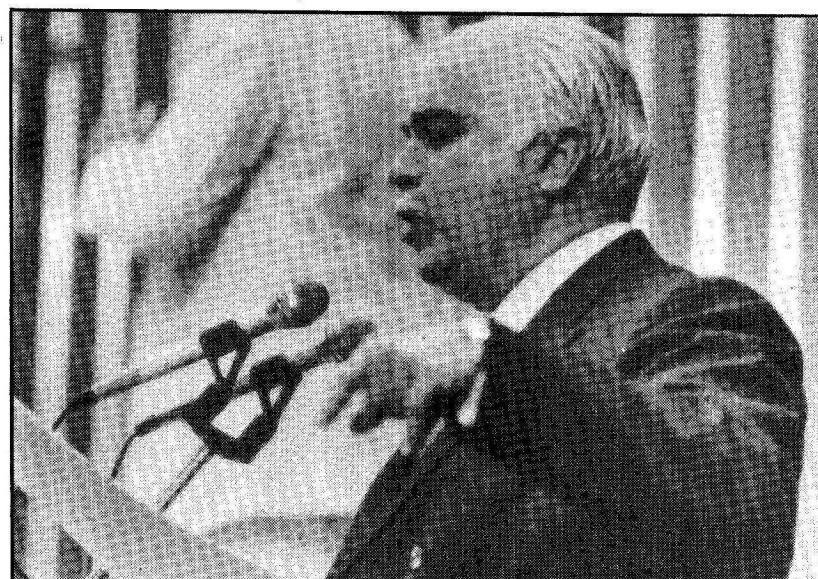
Seu ataque mais forte, entretanto, foi dirigido aos corruptos. O governador disse que a Nação está perplexa com a sucessão de escândalos no Governo Federal e mais perplexa ainda porque os responsáveis não são punidos.

"Infelizmente, nesse País, a impunidade tem sido a mãe da corrupção", acrescentou.

Mais adiante, estranhou que haja dinheiro sobrando no Ministério da Saúde para a construção de Ciacs, enquanto a rede hospitalar pública, no País inteiro, está em frangalhos, e voltou a ironizar a nomeação do ex-ministro Carlos Chiarelli para representar o Brasil no Mercosul.

"Ministro incompetente e desonesto não poderia ser premiado porque isto é um mal exemplo para o País", disse Antônio Carlos.

Outro ponto abordado por ele



Segundo Antônio Carlos, Collor não cumpriu as suas promessas

foi o acordo do Governo Federal com o PMDB para a aprovação, no Congresso, das medidas de ajuste fiscal. Em troca de apoio a essas medidas o PMDB exigiu a rolagem das dívidas de todos os estados. Disse o governador da Bahia que se o Presidente da República tivesse autorizado apenas a rolagem dos débitos dos nove estados nordestinos, conforme prometera em abril deste ano aos governadores, "não teria engolido de goela abaixo esta imposição política do presidente nacional do PMDB".

Ao encerrar, disse que falta ao presidente Collor "vontade política" para acertar e que o crédito de confiança a que dá ao Governo dele, hoje, é bem menor do que na data da posse. Esclareceu que não está rompendo politicamente com o Presidente da República e sim fazendo a "crítica construtiva" em favor do Governo e do País.

Defesa

Coube ao governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, e no final da reunião ao ministro João Santa-

na, sairem em defesa do Presidente. Respondendo diretamente a Antônio Carlos, Bulhões disse que ele fora injusto com Collor "porque todas as denúncias de corrupção estão sendo apuradas".

"Como vivemos num estado de direito, o Presidente não pode atropelar o Judiciário, a quem cabe punir e pôr os corruptos na cadeia" — acrescentou.

E, numa alusão sutil ao fato de Antônio Carlos ter servido aos governos militares, disse que no Brasil de hoje, "ao contrário do tempo em que vigia o AI-5, todos podem se pronunciar livremente".

Antônio Carlos irritou-se com a declaração e deu o troco imediatamente.

"Na época dos governos militares V. Excia. era um dos maiores freqüentadores dos gabinetes de Brasília. E hoje é o grande responsável pelo desgoverno de Alagoas".

Todo desajeitado, Bulhões alegou que não estava fazendo qualquer crítica pessoal a Antônio Carlos, "mas se por ventura eu o agre-

di, governador, peço-lhe desculpas de público.

"V. Excia. é um brasileiro ilustre e eu o respeito muito" disse Geraldo Bulhões.

Contornado o entrevero, nem hum outro governador interessou-se em discursar, nem mesmo o pernambucano Joaquim Francisco, que chegara a anunciar um discurso de cobranças a Collor, embora em tom bem mais ameno do que o de Antônio Carlos.

Egberto Batista, que presidia os trabalhos, passou então a presidência da mesa ao ministro João Santana para que ele fizesse o encerramento da reunião.

Modernização

De uma forma bem genérica e sem se dirigir especificamente a Antônio Carlos, o ministro prestou contas das atividades de sua pasta nos estados nordestinos e disse que o presidente Fernando Collor, "eleito por 35 milhões de brasileiros no pleito mais limpo que já houve no País", está resgatando rigorosamente os compromissos da campanha com os olhos voltados para a modernização do estado. O combate à inflação e a melhoria de vida do povo brasileiro.

"Só pedimos àqueles que nos acusam o direito nobre de defesa," disse o ministro.

Depois, de forma sutil, fez críticas aos governos anteriores, particularmente ao de Sarney, ao qual Antônio Carlos serviu como ministro, e deu por encerrada a reunião.

Antônio Carlos protestou porque estava decidido a rebater as acusações. E, dirigindo-se a João Santana, declarou:

"Quero lhe dizer, ministro, que ia responder ao seu discurso mas vocês encerraram a sessão. Golpe de quem manda. Quanto ao presidente Sarney, se o Governo dele tinha algum pecado foi absolvido pelo próprio presidente Collor, que tomou um helicóptero e o visitou duas vezes no Pericumã."

Assessor deixa cargo segunda

O assessor de Comunicação Social do Ministério da Saúde, Luís Cláudio Cunha, formalizará segunda-feira o pedido de demissão do cargo. Ontem, Cunha disse que ficou insatisfeita com o relatório apresentado pelo ministro Alceni Guerra à imprensa. "Foi um relatório tímido, que não respondeu às dúvidas da opinião pública", afirmou o assessor.

Nas últimas 48 horas, Cunha vinha reclamando que estava sendo alijado do processo. O assessor havia sugerido, inclusive, que o ministro convocasse cadeia de rádio e televisão para responder às denúncias, mas não obteve sucesso.

Luís Claudio Cunha pretende entregar ao ministro um relatório com sua opinião sobre o andamento do processo de investigação e divulgação das ações tomadas pelo ministério diante das denúncias de irregularidades. Ele considerou que as respostas apresentadas pelo ministro não foram convincentes.

□ O novo presidente da Fundação Nacional da Saúde (FNS), Baldur Schubert, afirmou ontem que, a pedido do ministro da Saúde, Alceni Guerra, acumulará também o cargo de presidente da Comissão Nacional de Combate à Cólera. Ele disse que já consultou três pessoas de sua confiança para integrarem a equipe na FNS.

Brizola dá seu apoio a Alceni

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), voltou ontem a defender os Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) e declarou apoio ao ministro da Saúde, Alceni Guerra. De manhã, Brizola encontrou-se por mais de uma hora com o presidente Fernando Collor e à tarde visitou o Ciac da Vila Paranoá, em Brasília, acompanhado pelo ministro da Saúde. O governador concordou que existem irregularidades no ministério, mas disse que contra Alceni o que existe é uma "campanha de difamação e denúncias".

Sobre as irregularidades já comprovadas do ministério, o governador preferiu não discutir, nem com o Presidente nem na entrevista coletiva. "Parece até comum que aconteçam situações irregulares em qualquer grande administração, prefiro fazer avaliação no atacado", esquivou-se. Ele lembrou que a Rede Globo já fez campanhas desse tipo, sem dar o direito de defesa, contra o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) e contra o ex-ministro Ibrahim Ábi Ackel, acusado de contrabando de pedras preciosas.

No encontro reservado com o Presidente, Brizola não fez nenhuma acusação. Tratou de assuntos administrativos e confirmou para o dia 30 de abril a inauguração da Linha Vermelha no Rio de Janeiro, uma via paralela à avenida Brasil, que liga o aeroporto do Galeão à cidade.

Quêrcia aponta contradição

Porto Alegre — Ao comentar as denúncias de corrupção no Ministério da Saúde, o presidente nacional do PMDB, Orestes Quêrcia, disse que vê contradições no comportamento do presidente Fernando Collor na abordagem da questão. "É muito estranho o presidente colocar-se de forma tão frontal contra o Exército na questão dos uniformes e, no caso do Ministério da Saúde, sua posição ser frontal ao lado do ministro Alceni Guerra", disparou.

Ao lembrar que saiu do governo paulista "sem dever nada a ninguém", conforme parecer da Receita Federal, Quêrcia reiterou sua disposição de continuar processando o governador do Paraná, Roberto Requião. Para ele, o fato de o Ministério Público aceitar a denúncia para processar o governador por difamação "demonstra que não só o PMDB entendeu que houve ofensas e não somente críticas, o que levou o partido a ter a coragem de expulsar um governador".

Sobre a sucessão presidencial, o presidente peemedebista acha que as definições sobre candidatos só devem deslanchar após o plebiscito de 1993, que definirá se o regime será presidencialista ou parlamentarista. Mas admitiu, diplomaticamente, que o presidente da Câmara, "Ibsen Pinheiro e um bom nome para a sucessão de Collor", assim como o governador paulista Luiz Antonio Fleury Filho, que, na sua opinião, vai muito bem no Governo. "E queremos que seja melhor ainda", embora sem esconder

que ele próprio se inclui entre os nomes do PMDB para a sucessão de Collor.

Quêrcia analisou que é um direito de São Paulo reivindicar que o próximo presidente seja um paulista, já que o último foi Rodrigues Alves. Mas preferiu acreditar que o ex-governador e senador Gaúcho Pedro Simon (PMDB) não tenha se referido a ele quando protestou contra um futuro presidente paulista. "Não acredito que o senador tenha restrições a São Paulo", embora admita que existem discriminações contra o estado, como o número de deputados federais, que deveria ser de 130 e são 60.

O presidente peemedebista revelou que a sucessão à prefeitura de São Paulo é delicada, admitindo que o partido ainda não tem candidatos com força para superar fortes "prefeituráveis" como Paulo Maluf e Eduardo Suplicy. As alianças ficam para o segundo turno, quando, para Quêrcia, "será difícil apoiar Maluf, mas a perspectiva é mais fácil em relação a Suplicy".

Sobre a rolagem das dívidas estaduais, Quêrcia garantiu que há o compromisso de colocar a maioria do PMDB para aprovar a fórmula que "vai proporcionar que governador e prefeitos saiam do arbítrio do Governo Federal, como fiquei quatro anos em São Paulo". Ele acha que a fórmula foi boa para o Governo Federal, lembrando que o PMDB fez acordo com o Governo, concordando com o ajuste fiscal desde que houve independência dos estados na questão da rolagem.